



Marília Barros Xavier

Prefácio
Fábio Medina Osório

Apresentação
Edilson Pereira Nobre Júnior

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR TRIBUTÁRIO

Direito administrativo sancionador tributário é obra fundamental para um tema nascente na academia e de forte importância prática. É o primeiro livro sobre as sanções fiscais com essa (imprescindível) abordagem conciliada com o direito administrativo sancionador. Nas palavras do prefaciador do livro e maior estudioso do direito sancionador no Brasil:

“De pronto, cumpre registrar as preciosas fontes jurisprudenciais, doutrinárias, especialmente na área do direito tributário, manejadas pela autora, no tocante a lições envolvendo penas administrativas/tributárias e criminais. Demonstra pesquisa segura e firme sobre o assunto, solidificada com consultas certas também na área da teoria geral do direito, direito administrativo sancionador, direito administrativo, direito penal, filosofia e filosofia do direito. Trata-se, pois, de obra imprescindível na academia e no universo forense para os estudiosos do direito administrativo sancionador, nomeadamente no campo tributário”.

Fábio Medina Osório

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO / DIREITO
ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Público-alvo/consumidores

PÓS-GRADUAÇÕES E
PROFISSIONAIS DO DIREITO

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10002995

X3d

Xavier, Marília Barros
Direito Administrativo Sancionador Tributário/ Marília Barros Xavier.– Belo Horizonte :
Fórum, 2021.

219 p.; 14,5x21,5 cm
ISBN: 978-65-5518-197-5

1. Direito Tributário. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Administrativo
Sancionador. I. Título.

CDD 341.39
CDU 336.2

Marília Barros é Doutoranda em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autora de trabalhos acadêmicos nas áreas de Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Processual Civil. Advogada

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Fábio Medina Osório	17
APRESENTAÇÃO	
Edilson Pereira Nobre Júnior	21
INTRODUÇÃO	25

PARTE I DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

CAPÍTULO 1	
POTESTADE SANCIONATÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	33
1.1 O poder do Estado	33
1.2 O poder punitivo único do Estado	44
1.3 <i>Ius puniendi</i> como “potestade administrativa de punir”	51
CAPÍTULO 2	
NOTAS DE PARTIDA	59
2.1 Brevemente: sobre direito e linguagem	59
2.2 Unidade do direito sancionador	63
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: O QUE NÓS DESTACAMOS	69
3.1 Noções sobre princípios	69
3.2 O que nós destacamos	72
3.3 Legalidade e tipicidade	73
3.4 Culpabilidade	75

PARTE II DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR

CAPÍTULO 1	
POTESTADE TRIBUTÁRIA SANCIONATÓRIA	83
1.1 Poder, potestade e função tributária	83
1.2 <i>Ius tributandi</i> e a potestade de punir	87
1.3 Jurisprudência no Supremo Tribunal Federal: limites à potestade tributária sancionatória	88
CAPÍTULO 2	
NOTAS DE PARTIDA	93
2.1 Normas sancionatórias (primárias e secundárias): <i>reparação e punição</i> do injusto	93
2.2 Direito penal tributário e direito tributário sancionador	98
2.3 Independência de instâncias punitivas	108
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR: O QUE NÓS DESTACAMOS	113
3.1 Corte epistemológico	113
3.2 Legalidade e tipicidade	113

3.3	Culpabilidade	119
3.4	Também sobre a culpabilidade: o que a semiótica e o pragmatismo podem nos dizer sobre interpretação de condutas?	123
CAPÍTULO 4		
	APLICANDO CONCEITOS	131
4.1	Tipificação indireta	131
4.2	Breve panorama da responsabilidade sancionatória no Código Tributário Nacional.....	136
4.3	Ainda alguns conceitos: infração, conduta, culpa e dolo...	139
4.4	Culpabilidade e responsabilidade	144
4.4.1	“Responsabilidade tributária”	145
4.4.2	Culpabilidade	151
4.4.3	Paralelos dogmáticos	153
4.4.4	Imputação de responsabilidade realizada <i>ex lege</i>	155
4.5	Efeitos do ato ilícito	161
CAPÍTULO 5		
	NOSSAS PROPOSTAS DE INTERPRETAÇÕES	171
5.1	Tipificação indireta	171
5.2	Responsabilidade tributária sancionatória.....	177
5.2.1	O tema no Superior Tribunal de Justiça	179
5.3	A culpabilidade na responsabilidade tributária sancionatória.....	186
5.4	Giro administrativo da sanção tributária	191
5.5	Fecho: a praticabilidade e o conceito de risco em atos perigosos por acumulação	197
6	Conclusões	201
	QUADROS COMPARATIVOS	209
	REFERÊNCIAS	215